

SÉRIE ANTROPOLOGIA

367

**A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA
ENTRE POLÍTICAS NEOLIBERAIS
E A GLOBALIZAÇÃO**

Gustavo Lins Ribeiro

**Brasília
2004**

A Antropologia Brasileira entre Políticas Neoliberais e a Globalização

Gustavo Lins Ribeiro
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

A antropologia é um campo de ensino e pesquisa consolidado no Brasil. Neste artigo, abordo algumas de suas características e tendências. Para escrevê-lo apoiei-me em grande medida em uma pesquisa sobre o estado-da-arte da disciplina realizada pela Associação Brasileira de Antropologia no ano de 2003, com o apoio da CAPES, e que se transformou no livro “O Campo da Antropologia no Brasil” (Trajano Filho e Ribeiro 2004). Na verdade, a Associação Brasileira de Antropologia, tem desempenhado papel primordial no aperfeiçoamento da antropologia em nosso país.

Vale uma rápida incursão histórica. Ao planejar a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia que ocorreria de 8 a 14 de novembro de 1953, no Museu Nacional, e cujos 50 anos foram comemorados com um seminário e a edição de um livro de fotos (veja Corrêa 2003), o grupo que posteriormente contribuiria vitalmente para a fundação, em 1955, da ABA incluiu entre alguns poucos “centros de interesse para as comunicações” os “problemas de ensino da antropologia” e as “possibilidades de pesquisa e de exercício da atividade técnico-profissional (instituições oficiais e particulares)”. A alta prioridade concedida a estes tópicos refletiu-se igualmente na publicação, no segundo e terceiro volumes da Revista de Antropologia, dos trabalhos debatidos na reunião de 1953. O primeiro é um artigo sobre “Problemas de Ensino da Antropologia”, por Egon Schaden (1954). O segundo artigo, por Mário Wagner Vieira da Cunha (1955), intitula-se “Possibilidades de Exercício de Atividades Docentes, de Pesquisa e Técnico-profissionais por Antropólogos no Brasil”. Estas iniciativas indicam o longo interesse que os antropólogos têm em (re)pensar sua formação acadêmica tanto quanto em conhecer as características do seu mercado de trabalho. Em cinco décadas, tal interesse renovou-se por meio de diferentes debates (os últimos promovidos pela ABA em 2001, em novembro de 2002 e na reunião da ANPOCS de 2003) e enriqueceu-se com diversos trabalhos sobre uma disciplina que, a partir da reforma de 1968 que cria a moderna pós-graduação no Brasil, dá vários saltos quantitativos e qualitativos, vinculando-se radicalmente ao desenvolvimento do ensino de pós-graduação¹.

I) PERFIL E REPRODUÇÃO EM TEMPOS BICUDOS.

A antropologia brasileira é liderada pelos programas de pós-graduação em antropologia social (PPGAS, veja tabela 1) de universidades públicas, os quais, em 2001, somavam 156 professores. Formação pós-graduada em antropologia também poder ser recebida em programas “mistos”, como o doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, os cursos do IFCS/UFRJ, da PUC-SP, da UERJ e o mestrado profissionalizante da Universidade Católica de Goiás.

¹ Dentre os vários trabalhos sobre a antropologia no Brasil, o leitor pode encontrar Cardoso de Oliveira (1988); Corrêa (1995); Godoi et al (2002); Oliveira Filho (1995); Peirano (1991; 1999); Schwarz (1999); Velho (1980) e Viveiros de Castro (1999).

Tabela 1: Ano de Início dos PPGAS*

Instituição	Mestrado	Doutorado
UFF	1994	2002
UFPA	1994	
UFPE	1977	2001
UFPR	1991	
UFRGS	1979	1991
UFRJ	1968	1977
UFSC	1985	1999
UnB	1972	1981
UNICAMP	1971	Em implantação
USP	1972	1972

* O ano refere-se ao enquadramento na reforma de 1968. A USP foi a primeira universidade a ter um doutoramento em antropologia.

A pesquisa da ABA a que me referi considerou apenas os dez programas acima. Uma aproximação inicial da situação dos PPGAS deve considerar seus quadros docentes. Um indicador particularmente interessante é o tempo de titulação destes professores, isto é o número de anos passados após o término do doutorado. O quadro geral existente reflete as políticas que o Estado, sobretudo a nível federal, tem mantido nos últimos anos com relação à educação superior e tem implicações para a capacidade de reprodução da antropologia no país. Note-se que a educação em antropologia realiza-se maiormente no Centro-Sul.

De acordo com uma série que começa em 1996 e termina em 2001, no ano de 1996, os professores dos PPGAS que tinham mais de 10 anos de obtenção do título de doutor atingiram, com relação ao quadro total de docentes, a percentagem máxima de 56,2%. O ano de 1997 apresentou a menor percentagem, de 49,3%, enquanto em 2001 este grupo representou 51,9% do total. Já no que diz respeito aos professores recém doutorados, isto é, com até 2 anos de obtenção do título de doutor, a percentagem máxima de 17,2% ocorreu em 1998, enquanto a mínima de 8,3% foi encontrada em 2001. Estamos diante de um quadro de professores onde mais da metade são seniores. O que preocupa não é a maturidade do quadro de professores, mas, como indica a diminuição de 17,2% para 8,3% no número de jovens professores, ocorrida entre 1998 e 2001, a falta de renovação dos quadros. Com o estrangulamento das instituições públicas de ensino superior que vem ocorrendo nos últimos anos, os programas de pós-graduação em antropologia das universidades federais, dadas as escassas oportunidades de emprego, não estão se renovando na velocidade adequada. Há que ver, ainda, qual o impacto, após 2003, da última onda de aposentadoria que estimulou a saída precoce de vários experientes pesquisadores e docentes.

Parece que os professores universitários se encontram sob dois fogos cruzados, de baterias diferentes mas advindos da mesma origem, o governo federal, com sua maior ou menor adesão a políticas neoliberais em diferentes setores das políticas públicas. Uma das baterias mandando chumbo grosso sobre a universidade pública, sobretudo a federal, relaciona-se ao encolhimento do Estado e do seu papel na área da educação superior. A outra tem a ver com a reforma da previdência e seus efeitos perversos de saída antecipada do quadro dos ativos, de pessoas com alta experiência e acúmulo. Na antropologia, assim como em outras áreas, estamos diante de uma crise de reprodução que se apresenta por dois lados. Primeiro, a falta de inserção de novos e jovens antropólogos para liderarem novas gerações de pesquisadores, falta que

potencialmente cria uma lacuna inter-geracional de conseqüências imprevisíveis. Segundo, a saída precoce, sobretudo das salas de aula, de pesquisadores maduros. Seria interessante, dado que estas grandes forças atingem o campo da educação superior e da pesquisa em instituições públicas como um todo, comparar, no período mencionado, o que acontece com a antropologia com outras áreas do conhecimento.

Esta é uma situação preocupante pois que tanto a educação quanto a pesquisa de qualidade em antropologia (veja mais sobre isso abaixo) são realizadas quase que totalmente nos programas de pós-graduação de universidades públicas. E não se pode dizer que este horizonte nada estimulante deva-se a uma baixa performance dos programas de pós-graduação em antropologia social (PPGAS). De fato, em seis anos, de 1996 a 2001, os PPGAS titularam 141 doutores e 504 mestres. Em 2001, havia 181 doutorandos e 265 mestrandos matriculados. Além disso, o tempo médio de titulação -- questão sempre polêmica nos programas de pós-graduação da área dada a forte relação entre duração da pesquisa de campo e qualidade do trabalho resultante -- vem caindo consistentemente. O TMT, no mestrado, caiu de 50,8 meses em 1996, para 33,5 meses em 2001. Já no doutorado, a queda foi de 72,9 meses em 1996 para 59, em 2001 (Seyfert, 2004: 99). Como afirma Giralda Seyfert (idem) “o dado mais importante não é, propriamente, a desejável redução, e sim o fato de ela estar muito próxima do tempo considerado ‘muito bom’ pelas comissões de avaliação: trinta meses para o mestrado e sessenta meses para o doutorado”.

Entre 1992 e 2001, os PPGAS titularam 906 mestres e doutores. Dentre eles, 60% dos mestres se encontram trabalhando em instituições de ensino superior e em instituto de pesquisas (Fonseca, 2004: 72). Esta proporção chega a 87% entre os doutores (idem: 73). É notável também o crescimento da participação do emprego nas universidades privadas. Aqui o número de doutores praticamente dobrou “aumentando de 13,6% no período de 1996 a 1998 para 25% no período de 1999 a 2001. Desde meados dos anos 1990, mestres acham empregos nas instituições particulares com mais facilidade que nas públicas” (ibidem: 74). O aumento da participação das faculdades privadas no mercado de trabalho do antropólogo mostra que estamos cada vez mais formando pessoal avançado para o ensino privado. O risco, em termos de política científica e educacional, é o aumento da quantidade do chamado “professor-auleiro” em detrimento do professor-pesquisador.

Estamos no limiar de muitas transformações para os antropólogos brasileiros. Muitas delas relacionam-se aos números de novos mestres e doutores que todos anos saem dos programas de pós-graduação e encontram um sistema público de ensino superior sufocado, com poucas oportunidades para as novas gerações com vocação acadêmica. Se a universidade pública, responsável pela maioria da pesquisa básica e do avanço científico e tecnológico do país, continuar a ser objeto de um estranho desdém das elites que dela usufruem para depois, uma vez em posições de poder e prestígio, maltratá-la; se a universidade pública continuar com seus problemas atuais de financiamento e de contratação de pessoal, será difícil reproduzir a qualidade e excelência que caracterizam a antropologia no Brasil, ao menos nos termos conhecidos até agora. A pesquisa da ABA revelou que o crescimento da parcela de novos pós-graduados que vão lecionar em instituições privadas de ensino superior se dá com o seu emprego em cursos outros que não os de ciências sociais. Sem o doutorado, 76,4% dos que trabalham na rede particular o fazem em outros departamentos. O título de doutor faz baixar esta percentagem para 63,2% (Fonseca, 2004: 75) uma percentagem ainda

altamente significativa². Se o que faz a nossa antropologia forte é o vínculo docência e pesquisa típico dos programas de pós-graduação das universidades públicas, podemos antever mudanças no perfil dos futuros profissionais que por ventura venham a ter como espaço limitado o mercado de trabalho das instituições privadas.

Na verdade, já há algum tempo, as instituições privadas são em boa medida e de diferentes maneiras, competidoras das universidades públicas sobretudo no que diz respeito ao ensino de graduação³. Elas beneficiam-se do estrangulamento do mercado de trabalho do setor público e dedicam-se quase que exclusivamente ao ensino, sobretudo de graduação. De qualquer maneira, o setor do ensino superior privado, com as devidas exceções, não contribui notadamente para a formação de conhecimento através da pesquisa. Pode-se ter, assim, dois cenários futuros:

- mantido o tamanho do sistema de pós-graduação pública, teríamos uma tendência a continuar no patamar em que nos encontramos hoje (um patamar que é o resultado tanto do crescimento do sistema nas últimas duas décadas quanto de um aumento de sua produtividade, no que diz respeito a quantidade de dissertações e teses e da queda do tempo médio de titulação);

- havendo um crescimento do sistema de pós-graduação privada, surgiria uma contribuição maior deste setor, consolidando as instituições privadas como as grandes competidoras do ensino público de qualidade em todas as frentes.

Esta discussão não é de menor importância para o destino do ensino público superior de qualidade no Brasil. Tendencialmente, a última barreira que nesta área marca a distinção entre público e privado passa pela força do sistema de pós-graduação pública no qual se gera a vasta maioria de conhecimento básico no país. Se esta distinção desaparecer, o sistema de pós-graduação pública que levou décadas para ser consolidado certamente sofrerá um impacto. A qualidade deste impacto dependerá da política do governo federal para o setor pois a princípio não há porque afirmar que pós-graduações públicas e privadas são incompatíveis e não podem conviver positivamente. Por enquanto, o que é certo é que a política de estrangulamento das instituições federais de ensino superior tem levado a um subsídio por parte do Estado ao setor privado pois que muitos dos que saem da pós-graduação pública só encontram emprego nas graduações das universidades privadas o que, em geral, impede que desenvolvam plenamente suas carreiras de pesquisadores.

O aumento da quantidade de antropólogos, também um índice do sucesso de nossas pós-graduações, traz um outro quadro novo. Desta vez, estamos diante de uma das facetas que mais prezamos. Aquela que nos qualifica enquanto profissionais sensíveis às realidades políticas e sociais de um país extremamente injusto e desigual. A antropologia brasileira, em especial quando se expressa através da ABA, tem sabido acumular um capital exemplar diante de sua responsabilidade social para com os mais vulneráveis na sociedade. Presentemente, as interfaces entre a prática antropológica, o Estado e a sociedade têm aumentado em complexidade sobretudo no que diz respeito ao

² De acordo com Fonseca (idem) são estas as áreas onde se leciona fora da antropologia e das ciências sociais: psicologia, direito, comunicação, educação, medicina, planejamento territorial, desenvolvimento agrícola, economia doméstica, serviço social, turismo, ciências contábeis, *marketing*, relações internacionais, história, letras, religião, música, artes e filosofia.

³ O Censo de 2002 do Ministério da Educação demonstra claramente a privatização do ensino superior. As instituições particulares concentram 63,5% do ensino universitário no Brasil. De acordo com a matéria “Um Curso Novo a cada Seis Horas”, do Correio Braziliense (18 de outubro de 2003), sobre o referido Censo, “em cinco anos, o número de alunos matriculados na rede privada aumentou em 84%, e na pública, em 31%” e “das dez maiores universidades do país, com mais de dezenove mil estudantes, seis são privadas”.

papel estratégico dos antropólogos na definição de territórios étnicos, sejam indígenas ou quilombolas. Aqui não é o lugar para entrar em detalhes sobre o assunto, mas a inserção dos antropólogos, por meio da elaboração de laudos ou de perícias, em conflitos interétnicos, não é, nem nunca foi, pacífica. Porém, e eis o fato novo a ser pensado, nestes embates começam a surgir antropólogos que estão a defender não o lado dos mais vulneráveis mas o dos mais poderosos. A medida em que a antropologia brasileira cresce e se diversifica, acompanhando, de diferentes formas, o processo de diferenciação da sociedade brasileira, as demandas sobre os antropólogos e os cenários em que são chamados a atuar vão tornando-se mais complexos, trazendo novos desafios profissionais, acadêmicos e políticos. Novos dilemas políticos e éticos certamente impactarão nossa própria identidade e forma de proceder junto ao Estado e à sociedade. Nestas circunstâncias, emerge também a necessidade de pensar o futuro da Associação Brasileira de Antropologia. É interessante notar que, salvo engano, não existe nenhuma tese de doutorado sobre o papel da ABA na estruturação do campo da antropologia. Hoje, é visível o crescimento consistente da ABA e a tendência a tornar-se cada vez mais “profissionalizada”. O que queremos da nossa Associação no futuro?

II) INTERNACIONALIZAÇÃO: NOVA TENDÊNCIA NA ANTROPOLOGIA E NA PESQUISA.

Aqui faço uma opção por estender-me sobre a internacionalização da antropologia brasileira porque quero enfatizar uma tendência incipiente mas que, ainda, é pouco explorada de maneira sistemática. Com o crescimento e a consolidação do sistema de pós-graduação assistimos a três movimentos complementares no que diz respeito à internacionalização da antropologia. Em primeiro lugar, a uma diminuição do número de brasileiros que se dirigem a centros estrangeiros para realizar seus estudos de doutorado. Considero que, no limite, este é um fato preocupante pois que pode levar a um certo fechamento da antropologia brasileira sobre si mesma. Porém, como veremos, existem movimentos que contrabalançam esta tendência. Em segundo lugar, o mecanismo da Bolsa Sanduíche tem mantido, em determinado grau, uma exposição de vários doutorandos brasileiros a outros universos acadêmicos e, interessantemente, tem representado uma janela que propicia a saída de pesquisadores-doutorandos para trabalho de campo no exterior. Em terceiro lugar, está a consolidação da antropologia brasileira como centro latino-americano de formação de pesquisadores, em especial no que diz respeito à Argentina e a outros países da América do Sul. Vejamos mais de perto este processo de internacionalização tanto pelo ângulo da produção de dissertações, teses, publicações, como pelo das redes que os pesquisadores brasileiros estão tecendo fora do país.

Um levantamento ainda precário mostra que entre os anos de 1998 e 2001, vinte e nove teses e dissertações foram produzidas nos PPGAS baseadas em pesquisas no exterior: 18 na América Latina (com uma grande concentração na Argentina, 9 trabalhos), 6 na África (basicamente em países de língua portuguesa), 02 nos EUA, 02 na Europa e 01 no Suriname. Ainda que o banco de dados que consultamos não permita ver a nacionalidade dos autores, é mais do que provável que esta distribuição reflita o fato de muitos estudantes latino-americanos buscarem, hoje, educação em antropologia no Brasil, notadamente no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e na Universidade de Brasília. Isto significa que no Brasil repete-se o que classicamente acontece: o estudante estrangeiro busca a formação avançada em outro país mas realiza a pesquisa de campo no seu de origem. Pessoalmente, acho que no campo da antropologia, esta não é uma

boa tendência posto que o ideal seria lançar mão da óbvia situação de estranhamento do estudante estrangeiro para que este fizesse pesquisas de campo sobre temas localizados no Brasil ou em um terceiro país. No que diz respeito a pesquisas realizadas na África, tudo indica uma relevante presença de pesquisadores brasileiros. Mas, notemos que se trata de pesquisas feitas em países de língua portuguesa. As duas pesquisas realizadas por brasileiros nos EUA eram sobre temas brasileiros (emigrantes e capoeira). Já as duas realizadas na Europa abordaram comparativamente questões religiosas no Brasil e na França. Em resumo, neste universo analisado, a pesquisa de antropologia é feita no exterior por pós-graduandos estrangeiros estudando no Brasil e por brasileiros que seguem a língua portuguesa ou a seus compatriotas em outros países. O Brasil, seja pela língua, pelo emigrante ou por sua cultura, parece orientar, ainda, as opções dos pesquisadores que fazem seus trabalhos de campo no exterior. Falando de um período maior do que o de 1998-2001, Peter Fry (2004: 236) resume tal situação afirmando que entre os poucos brasileiros que “se aventuram” além das fronteiras nacionais prevalece uma “aderência ao lar”. Dentre estes encontram-se alguns estudantes de doutorado no exterior que fazem a pesquisa no mesmo país onde se titulam:

“Esse quadro sugere a manutenção da idéia de fazer pesquisa em casa, uma segunda casa, é verdade. E há ainda aqueles que escrevem sobre os *brasileiros* situados em lugares próximos às universidades onde estudam. Casas dentro de casas!” (Fry, *idem*).

Se a interpretação de Peter Fry está correta, ainda estamos longe de uma antropologia praticada por brasileiros claramente voltada para situações envolvendo estranhamento máximo no exterior, isto é, o estudo de grupos não-lusófonos em países estrangeiros. É certo que há exceções relevantes mas são minoritárias.

Os PPGAS, além de através de teses e dissertações, divulgam suas produções por diferentes meios. De 1996 a 2001, o corpo docente produziu 2868 publicações, entre artigos em periódicos, trabalhos em anais, livros, capítulos de livros, coletâneas, traduções de livros e artigos, artigos em jornais e revistas, etc. Uma proporção de 14,5 a 23,8% (1996-2001), é de publicações no exterior. Peter Fry (2004: 232) indica que, na verdade, são poucos os responsáveis pelas publicações no exterior e pelas viagens internacionais. Vejamos, tanto pelos dados de participação em eventos no exterior, quanto pelas publicações, em que redes alguns antropólogos brasileiros estão enredando-se.

No período de 1996 a 2001, foram apresentados 689 trabalhos de docentes no exterior. Nota-se a proeminência dos laços com os seguintes países: França (21,2%), EUA (16,2%), Portugal (9,9%), Argentina (9,1%), Grã-Bretanha (5,5%), Canadá (5,4%), México (3,6%), Espanha (3,5%).

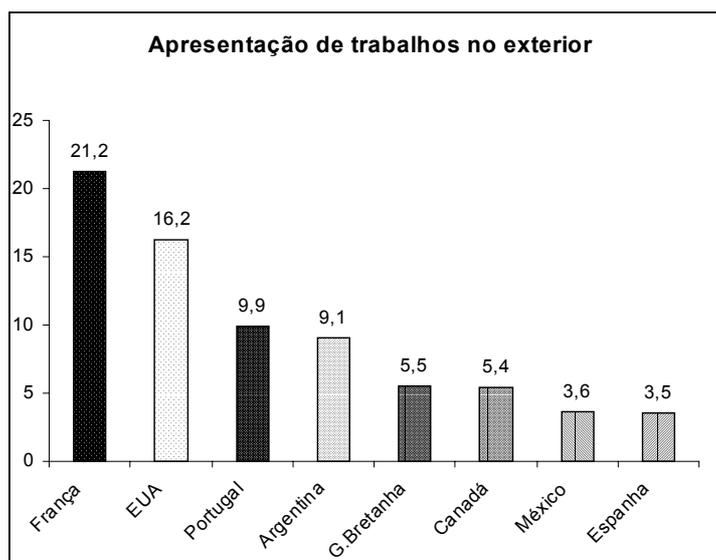


Gráfico 1

A tendência a participar em redes latino-americanas expressa-se não apenas nos 12,7% do comparecimento a eventos na Argentina e no México, mas também em outros 11,5% de participações em eventos em outros países latino-americanos, perfazendo um total de 24,2%, bastante menor, contudo, que o total de 50,2% de participações em eventos europeus⁴. Daqui pode-se depreender uma nítida tendência da antropologia brasileira a enredar-se com europeus e, em segundo lugar, com latino-americanos. Já o número de visitantes estrangeiros ao Brasil apresenta as seguintes proporções: 68% de europeus (dos quais 33,7% de franceses) e 14,7% provenientes dos Estados Unidos. Os visitantes latino-americanos igualam aos americanos. A alta participação da França deve-se à existência de Convênios CAPES/COFECUB, como os mantidos pelo Museu Nacional e a UFF (Fry 2004: 241)⁵. É notável também a crescente importância de Portugal.

A grande participação de europeus nestes intercâmbios levaria a crer que poderiam ser desfeitas certas imagens de americanocentrismo, freqüentes quando se pensam as relações da antropologia brasileira com a antropologia internacional. No entanto, os EUA, além de serem o segundo país em número de participações de brasileiros em eventos e em visitantes estrangeiros a programas brasileiros, lidera, no mesmo período, todos os rankings relativos a publicações de artigos (22,2% de 203), capítulos de livros (18,3% de 169), e de livros publicados (32% de 25). A França aparece em segundo lugar na publicação de artigos e capítulos, com 18,7% e 13,6%, respectivamente. Nenhum livro lá foi publicado. Chama a atenção a presença da Argentina, em especial por contribuir com 28% dos livros publicados. Em termos de artigos e capítulos, o inglês prevalece enquanto língua com 35% e 28,9%, respectivamente, seguido do francês e do espanhol. Já os livros em sua maioria foram publicados em espanhol (40%) e inglês (32%) - (não se sabe que outros países latino-americanos podem estar escondidos sob a categoria “outros”). Peter Fry (2004: 238) também conclui que são poucos os que publicam no exterior (de acordo com ele “pode

⁴ Além das participações já indicadas no gráfico 1, existem 10,1% de participação em eventos em “outros países europeus”. Estes dados encontram-se em Fry (2004: 233).

⁵ Para se ter uma idéia, 46,9% das viagens dos docentes do Museu Nacional e 30,3% dos da UFF foram para a França. Dos 32 franceses que visitaram o Brasil, entre 1996 e 2001, 21 localizaram-se no Museu Nacional.

ser que sejam os mesmos que os que mais publicam no Brasil”) e sugere uma “relação entre contatos pessoais no exterior e publicação fora” do país.

Em suma, tanto no que diz respeito a interlocuções e possíveis estabelecimentos de redes internacionais, quanto em termos de difusão do trabalho da antropologia brasileira no exterior através de publicações, confirma-se uma tendência a relações com os seguintes países:

- | | |
|-----------------|-------------|
| 1) EUA | 5) Portugal |
| 2) França | 6) Espanha |
| 3) Argentina | 7) Canadá |
| 4) Grã-Bretanha | 8) México |

Nenhuma surpresa. Afinal, este quadro reflete tanto a história das relações que os antropólogos brasileiros foram tecendo com colegas estrangeiros quanto relações de hegemonia existentes no plano mundial e nossa inserção geopolítica nele. Evidencia-se em que panorama estamos inseridos.

Em seu artigo já extensamente citado, Fry (2004) identifica uma tendência da antropologia brasileira, “tão geopoliticamente periférica quanto a do Sri Lanka” (p. 242), a relacionar-se com os departamentos “establishment” do “primeiro mundo” (p.241); a legitimar “a antropologia do *establishment* tão duramente criticada em outros lugares periféricos” (p. 242); e, dada a notável quantidade de estudantes sul-americanos nos PPGAS, a se tornar “uma espécie de ‘transmissor’ do ‘establishment’ antropológico europeu e americano para periferias mais distantes ou alijadas da boa nova antropológica” (p. 243). Na seqüência, reconhece que esta transmissão não é tão automática, que o *establishment* não é tão monolítico e que “a antropologia no Brasil elege certos autores e certas abordagens teóricas em vez de outras, e engendra uma concatenação de vozes antropológicas que lhe é própria. E, no fim das contas, é esta leitura brasileira da antropologia como um todo que é transmitida para quem estuda no Brasil” (idem).

Como se vê, a consideração da internacionalização da antropologia brasileira acaba desembocando em uma discussão sobre sua própria identidade. Parece-me claro que o cânone antropológico metropolitano é respeitado no Brasil, fato que em grande medida reproduz a posição não-metropolitana da nossa antropologia e que também é comum a todos os “periféricos” (palavra carregada de conotações políticas não-desejadas). Mas acho que o quadro é ainda mais complicado. Por um lado, até mesmo na Índia, de onde os “estudos subalternos” saíram e onde a tensão entre um conhecimento antropológico representativo do Ocidente e conhecimentos locais milenares adquire centralidade, os grandes “clássicos” europeus e norte-americanos são lidos e respeitados (veja-se Barnes 1982; Madan 1982; Vidyarthi 1974). Afinal, por mais que se queira o contrário, e às vezes por isso mesmo, é impossível a existência de disciplinas internacionalmente reconhecidas enquanto tais, sem cânones internacionalmente aceitos. O que me parece preocupante não é a transmissão do conhecimento produzido por grandes pesquisadores-autores estrangeiros mas sim o fato de nos cursos de “clássicos” não se encontrarem autores brasileiros. Que curso de história da antropologia dedica uma porção relevante à história da disciplina no Brasil?⁶ Por outro lado, como diz Roberto Cardoso de Oliveira (1999/2000) uma das características das posições “periféricas” é não ler a produção de outros “periféricos”.

⁶ Dentre as matérias obrigatórias dos mestrados e doutorados pesquisados pela ABA, apesar da presença constante de disciplinas sobre história e teoria antropológicas, não consta nenhuma “História da Antropologia no Brasil”. Esta disciplina aparece como optativa nas pós-graduações da USP, UNICAMP, UFRGS, UERJ, Museu Nacional e UFF (veja Debert 2004)

De fato, compartilhamos esta característica com a Índia e com o Japão, por exemplo, que não se lêem entre si e muito menos a antropólogos africanos⁷. De qualquer forma, a complexidade desta questão obriga-nos a evitar uma posição xenófoba, nacionalista, impossível de ser mantida no universo das trocas acadêmicas, tanto quanto de nos precaver criticamente dos efeitos perversos do consumo fácil das receitas e modas teóricas difundidas por centros acadêmicos poderosos.

Há que se recordar também que autores canônicos europeus são estudados nos EUA (e vice-versa) e que, no âmbito da comunidade acadêmica norte-americana, a mais poderosa no presente, é cada vez mais freqüente a existência de “intelectuais étnicos”, para usar a expressão de Ahmad (1994), impulsionados pela eficácia simbólica e política do multiculturalismo naquele país. Aliás, a propósito da difusão do multiculturalismo, do politicamente correto e de um conhecimento “semi-erudito” norte-americanos, Bourdieu e Wacquant (2002) sublinharam a eficiência do “imperialismo cultural” na globalização unipolar. Contudo, ainda que este polêmico artigo traga alguns argumentos interessantes, existe espaço para estabelecer conversações mais heteroglóssicas internamente ao meio acadêmico globalizado. A antropologia brasileira está, particularmente, em uma posição interessante para mover-se nesta direção.

Não creio que a antropologia brasileira seja tão “periférica” quanto a de Sri Lanka. Afinal, ao menos em números, temos uma das maiores comunidades antropológicas, a quarta ou quinta, após a dos EUA, do Japão, da Rússia e talvez a do México. A nossa sociedade científica, a Associação Brasileira de Antropologia, que fundada em 1955 é uma das mais antigas em termos internacionais, promove o segundo maior congresso de antropologia no mundo. A Reunião Brasileira de Antropologia, com seus 1.500 participantes, vem atrás apenas dos encontros da Associação Americana de Antropologia com 6.000 participantes. Curiosamente, a Sociedade Japonesa de Antropologia Cultural que possui mais de 2.000 membros, realiza um congresso anual com apenas 700 participantes⁸. Mas, claro, pode-se ser numericamente pequena, como é o caso da antropologia inglesa, e muito mais influente. Aqui entramos na questão qualitativa da internacionalização que não pode ser “medida” por números como os usados anteriormente. Certamente um quantitativo que forneceria um índice mais adequado da recepção e influência da nossa produção seria o número de citações em publicações estrangeiras de trabalhos de antropólogos brasileiros. Porém, mesmo assim, há vários outros fatores a serem considerados. Haveria que entender uma geopolítica linguística, historicamente estruturada, que ao mesmo tempo que favorece a leitura de trabalhos de indianos e outros pós-coloniais ou praticantes de estudos subalternos que publicam em inglês, dificulta, por exemplo, a leitura de trabalhos escritos em português. Podemos supor, razoavelmente, que a grande maioria da produção de excelência da antropologia brasileira nunca foi publicada em inglês, a língua científica e acadêmica mundial.

Publicar em inglês é certamente uma das pré-condições para que a produção de um autor supere o fosso existente entre antropologias metropolitanas e não-

⁷ O caso japonês é particularmente interessante porque mostra que não há uma correspondência necessária entre a geopolítica da globalização, na qual o Japão é país “central”, e a geopolítica do conhecimento na antropologia, onde o mesmo não ocorre.

⁸ Estes dados provêm de um *survey* realizado com 14 associações antropológicas nacionais e internacionais que participaram do Simpósio Internacional *World Anthropologies: strengthening the international organization and effectiveness of the discipline*, em Recife, de 09 a 14 de junho de 2004, organizado por meu colega do Departamento de Antropologia da UnB, Paul E. Little e por mim enquanto presidente da ABA naquele momento. Veja mais sobre esse simpósio adiante.

metropolitanas; mas não é suficiente porque não garante que será efetivamente lido por um público globalizado. Se a obra de alguém se tornará conhecida internacionalmente parece depender muito mais de suas redes, qualidades e interesses pessoais. O verdadeiro problema está em encontrar respostas coletivas e institucionais para desenvolver uma antropologia mundial mais diversificada e menos anglo-saxã. Se estou correto, promover mais publicações em inglês é um passo necessário porém insuficiente para se construir uma comunidade global mais plural de antropólogos. Afinal, ler e citar um autor não é apenas um fato acadêmico. É também uma mensagem que um autor está mandando (a) sobre o que pensa ser significativo e/ou (b) sobre quem são os outros acadêmicos membros de uma rede da qual ele é parte ou deseja ser.

Como se pode ir além da presente situação? É preciso promover conversações e encontros mais heterodoxos, canais de comunicação que possam ser significativos e interessantes para autores-pesquisadores em diferentes lugares. É preciso colocar juntos antropólogos latino-americanos, africanos e asiáticos, por exemplo, para que possam encontrar interesses mútuos e concretos de pesquisa e intercâmbio. Também é necessário promover a disseminação de trabalhos de antropólogos não-metropolitanos em línguas outras além do inglês. Por exemplo, de antropólogos africanos e indianos para o espanhol, de antropólogos japoneses para o russo, e assim por diante. Além de procurar difundir nossos trabalhos em inglês e espanhol, como em uma coletânea que organizei nos EUA (Ribeiro 1999/2000) e outra na Argentina (Grimson, Ribeiro e Semán 2004), é preciso consolidar iniciativas como o jornal eletrônico da ABA, o *VIBRANT – Virtual Brazilian Anthropology The On-line Journal of the Association of Brazilian Anthropology*, para divulgar em línguas estrangeiras os trabalhos dos pesquisadores brasileiros através de um meio flexível e imediatamente transnacional, a internet. É igualmente necessário traduzir trabalhos de antropologias que normalmente não lemos. Recentemente, a Editora da Universidade Federal da Bahia e o seu Centro de Estudos Afro-Orientais iniciaram, com o volume do antropólogo indiano Partha Chatterjee, “Colonialismo, Modernidade e Política” (2004), a série “Histórias ao Sul” destinada a “tornar acessível ao público brasileiro a obra de autores que falam desde uma localização ao ‘Sul’”. Além disso, uma vez que criar e consolidar redes é crucial para o estabelecimento de interesses em comum, há que promover mais encontros em nossas reuniões nacionais com grupos mais diversificados de pesquisadores estrangeiros.

Para avançarmos na direção de uma maior internacionalização da antropologia brasileira teríamos que tomar outras deliberações políticas. Primeiro, ir além do papel consolidado do antropólogo brasileiro nos processos de construção da nação aumentando substancialmente o número de pesquisas fora dos horizontes nacionais. Segundo, e associado ao primeiro, ir além do encontro com o Brasil ou com a língua portuguesa no exterior. Quero frisar que digo “ir além”. Isso não significa desprezar os outros importantes âmbitos de pesquisa aos quais tradicionalmente a antropologia brasileira se dedica. É preciso também ir além dos temas clássicos da antropologia e da geopolítica do conhecimento que estão embutidos hoje nas relações internacionais da disciplina. Pode-se, por exemplo, entender a globalização a partir de uma ótica desenvolvida em nossas pesquisas e discussões acadêmicas e em nossa posição no sistema mundial.

Laura Nader, em conhecido e já antigo artigo, conclamava os antropólogos a estudarem “os de cima”. Acho que, além disso, é necessário estudar os do norte. Escrevi em outro lugar (Ribeiro 2003), sobre uma cosmopolítica latino-americana que denominei de pós-imperialista e que implica em ter como uma das metas da pesquisa

antropológica latino-americana a provincialização dos EUA, através dos estudos das suas elites, dos seus discursos e formulações. Para tanto, é preciso (1) começar por uma mudança da nossa “cultura acadêmica” para que à valorização do “antropólogo-construtor-da-nação” some-se a valorização do “antropólogo-cosmopolítico”; (2) criar mecanismos que estimulem o financiamento de pesquisas no exterior; (3) criar mecanismos de aumento da complexidade das interlocuções para enredarmo-nos mais além da rede de contatos historicamente construída; (4) encontrar, consolidar e ampliar mecanismos de difusão internacional da antropologia que aumentem o leque de interlocuções.

A Associação Brasileira de Antropologia tem contribuído politicamente nesta direção. Promoveu um evento único na história da antropologia mundial, imediatamente antes da 24a. Reunião Brasileira de Antropologia, em Recife, de 09 a 14 de junho de 2004, com o apoio da *Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research* (Nova Iorque). Trata-se do Simpósio Internacional *World Anthropologies: strengthening the international organization and effectiveness of the discipline* que reuniu 14 presidentes de associações antropológicas nacionais e internacionais. Estiveram presentes os presidentes das associações da África do Sul, Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Índia, Japão, Reino Unido, Rússia e da Associação Européia, da Latino-Americana, da Pan-Africana e da União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas. A importância histórica da reunião foi apontada por todos os participantes que resolveram, por unanimidade, fundar o Conselho Mundial de Associações Antropológicas. Entendemos as associações como nós de redes que podem propiciar condições de intercâmbio mais heterodoxas que não passem necessariamente pelos canais historicamente consolidados. As associações participantes do conselho se comprometem, por exemplo, a realizar eventos, em seus congressos, que incrementem trocas mais complexas entre diferentes antropologias⁹. Por sua liderança no processo que resultou na criação do CMAA, a ABA foi escolhida como primeira facilitadora desta rede.

Finalmente, também é preciso ir além do que denomino o dilema de Stocking (1982), em alusão ao famoso historiador da antropologia para quem as diversas antropologias encontram-se entre o destino de serem construtoras de império ou construtoras da nação. A antropologia brasileira está mais do que pronta para ir além do seu papel no processo de construção da nação, saindo das fronteiras brasileiras. Isto não implica que somente lhe reste a opção de tornar-se uma antropologia imperial. É difícil discordar do antropólogo português João de Pina Cabral que, ao concluir seu texto sobre a antropologia no Brasil, afirma:

“a antropologia brasileira de nossos dias, pela qualidade da obra teórica e empírica acumulada, pela alta qualificação do seu pessoal científico, pela consolidação de suas instituições associativas e de docência, está em condições únicas para intervir ativamente no sentido de contribuir para essa tal de quinta tradição [diferente da francesa, inglesa, alemã e americana, GLR], a qual ... não se sente identificada com qualquer dos projetos imperiais que, historicamente, moveram o desenvolvimento científico” (Pina Cabral 2004: 263).

⁹ Veja o texto completo do acordo de criação do CMAA no portal da ABA: www.abant.org.br. A associação antropológica da Nova Zelândia manifestou interesse em unir-se a esta rede que está aberta a novas filiações.

O exemplo do caso brasileiro, pela vitalidade da prática antropológica e pela posição que o Brasil ocupa no sistema mundial, é rico e central porque aponta claramente para a possibilidade de existência de antropologias pós-nacionais e pós-imperiais, de antropologias mundiais.

Referências

- Ahmad, Aijaz 1994 “Orientalism and After”. In Patrick Williams e Laura Chrisman (orgs.), **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory**. Nova Iorque, Columbia University Press, pp. 162-171.
- Barnes, J.A. 1982 “Social Science in India: Colonial Import, Indigenous Product, or Universal Truth?” In Hussein Fahim (org.), **Indigenous Anthropology in Non-Western Countries**. Durham, Carolina Academic Press, pp. 19-34.
- Bourdieu, Pierre e Loïc Wacquant 2002 “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. **Estudos Afro-Asiáticos** (24: 1): 15-33.
- Cardoso de Oliveira, Roberto 1988 “O Que é Isso que Chamamos de Antropologia Brasileira”. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 109-128.
- _____ 1999/2000 “Peripheral anthropologies ‘versus’ central anthropologies”. **Journal of Latin American Anthropology** (4:2; 5-1): 10-30.
- Chatterjee, Partha 2004 **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador, EDUFBA.
- Corrêa, Mariza 1995 “A Antropologia no Brasil (1960-1980)”. Em Miceli, Sérgio (org.), **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo: FAPESP/IDESP/Editora Sumaré.
- _____ 2003. **As Reuniões Brasileiras de Antropologia: Cinquenta Anos**. Brasília/Campinas, Associação Brasileira de Antropologia e Editora Unicamp.
- Debert, Guita Grin
- _____ 2003 “Formação e Ensino”. In Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.), **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro/Brasília, Contracapa/ABA, pp. 143-161.
- Fonseca, Claudia 2004 “Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio”. In Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.), **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro/Brasília, Contracapa/ABA, pp. 69-91.
- Fry, Peter 2004 “Internacionalização da Disciplina”. In Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.), **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro/Brasília, Contracapa/ABA, pp. 227-248.
- Godoi, Emília Pietrafesa de; Debert, Guita Grin; Pontes, Heloisa André Pontes **Antropologia na Pós-Graduação**. Porto Alegre/Campinas. ABA e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
- Grimson, Alejandro, Gustavo Lins Ribeiro e Pablo Semán (orgs.) 2004 **La Antropología Brasileña Contemporánea. Contribuciones para un diálogo latinoamericano**. Buenos Aires/Brasília, Prometeo/ABA.
- Madan, T.N. 1982. “Anthropology as the Mutual Interpretation of Cultures. Indian Perspectives”. In Hussein Fahim (org.), **Indigenous Anthropology in Non-Western Countries**. Durham, Carolina Academic Press, pp. 4-18.
- Oliveira Filho, João Pacheco de (org.) 1995 **O ensino da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA.
- Peirano, Mariza 1991. “The Anthropology of Anthropology. The Brazilian Case”. **Série Antropologia** n°. 110. Universidade de Brasília.
- _____ 1999 “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In Sergio Miceli (org.), **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs, pp. 225-266.

- Pina Cabral, João de 2004 “Uma História de Sucesso: a antropologia brasileira vista de longe”. In Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.), **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro/Brasília, Contracapa/ABA, pp. 249-265.
- Ramos, Alcida R. 1990 “Ethnology Brazilian Style”. **Série Antropologia 89**. Universidade de Brasília.
- Ribeiro, Gustavo Lins 2002 **Postimperialismo. Cultura y política en el mundo contemporáneo**. Barcelona, Buenos Aires/Gedisa.
- Ribeiro, Gustavo Lins (org.)
 _____ 1999/2000 “Reading Brazilian Anthropologists. Theme Issue”. **Journal of Latin American Anthropology** (4:2; 5:1).
- Schaden, Egon 1954 “Problemas de Ensino da Antropologia”. **Revista de Antropologia**, volume 2, no. 1, pp. 1-10.
- Schwarcz, Lilia K. Moritz 1999 “Questão racial e etnicidade”. In Sergio Miceli (org.), **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs, pp. 267-325.
- Seyfert, Giralda . 2004. “O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar”. In Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.), **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro/Brasília, Contracapa/ABA, pp. 93-116.
- Stocking, George W. 1982 “Afterword: a View from the Center”. **Ethnos** 47 (1): 173-186.
- Trajano Filho, Wilson e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.). 2004. **O Campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro/Brasília, Contracapa/ABA.
- Velho, Otávio G. 1980 “Antropologia para Sueco Ver”. **Dados. Revista de Ciências Sociais** 23 (1): 19-91.
- Vidyarthi, L. P. 1974 “The Emerging American Model in Anthropology”. **Trends in World Anthropology**. New Delhi, Concept Publishing Company, pp. 11-21.
- Vieira da Cunha, Mário Wagner 1955. Possibilidades de Exercício de Atividades Docentes, de Pesquisa e Técnico-profissionais por Antropólogos no Brasil”. **Revista de Antropologia**, volume 3, no. 2, pp. 105-114.
- Viveiros de Castro, Eduardo 1999 “Etnologia Brasileira”. In Sergio Miceli (org.), **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo, Editora Sumaré/Anpocs, pp. 109-223.